



MEETING NACIONAL
FARMÁCIA CLÍNICA

CATEGORIA TRABALHO DE PESQUISA



Os conceitos emitidos nos manuscritos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não refletindo obrigatoriamente a opinião da revista. Esta é uma obra distribuída sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

ALECRIM (*ROSMARINUS OFFICINALIS* L.) COMO ALTERNATIVA FITOTERÁPICA NO MANEJO DE MICOSES SUPERFICIAIS CONTRIBUIÇÕES DA FARMÁCIA CLÍNICA

Nadia Leticia Silva Chaves¹ (nadia18mtv@hotmail.com); Romulo Fernandes de Aquino¹ (romulo.fernandes3001@gmail.com); Julianne Rocha de Araujo² (juliannearaujo@gmail.com); Cristiny Vitória de Sousa Cardoso² (cristinyv85@gmail.com); Joana Vitória Pereira Rocha Cutrim² (joanavitoriapereirarochacutrim@gmail.com); Maria Cristiane Aranha Brito Mattos³ (tiane91.mcab@gmail.com)

¹ Residente do PREMUS/CCI – UFMS; ² Discente de Farmácia Centro Universitário Mauricio de Nassau – São Luís- MA; ³ Farmacêutica, Doutora em Biotecnologia - UFMA

Introdução: As micoses superficiais configuram um agravo frequente na atenção primária, especialmente em regiões tropicais, onde fatores climáticos favorecem a proliferação de fungos patogênicos. A farmacoterapia convencional, baseada em antifúngicos sintéticos, tem sua eficácia limitada por efeitos adversos e crescente resistência fúngica. Neste contexto, o uso racional de plantas medicinais com ação antimicrobiana, como o *Rosmarinus officinalis* L. (alecrim), representa uma abordagem complementar promissora. O farmacêutico clínico, inserido nas estratégias de cuidado em saúde pública, pode atuar na avaliação da fitoterapia, desenvolvimento de formulações tópicas, orientação terapêutica e incentivo ao autocuidado responsável, promovendo práticas baseadas em evidência. Este estudo objetiva revisar as propriedades antifúngicas do alecrim e discutir sua aplicabilidade clínica na atuação farmacêutica integrativa. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, entre fevereiro e abril de 2024, utilizando as bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram: “Antifúngico”, “Fitoterápico”, “Micoses superficiais”, “*Rosmarinus officinalis* L.” e “Tratamento”, com base no DeCS. Foram incluídos artigos entre 2001 e 2020 que abordassem os constituintes químicos, mecanismos de ação e segurança do uso do alecrim contra infecções fúngicas superficiais. A análise seguiu critérios de relevância clínica e aplicabilidade farmacêutica, considerando a possível formulação e orientação profissional para o uso do fitoterápico. **Resultados:** Diversos estudos demonstraram a presença de metabólitos ativos no alecrim, como flavonoides, terpenos, ácidos fenólicos e taninos, com ação comprovada contra fungos dermatófitos e leveduriformes, incluindo *Candida albicans* e *Trichophyton rubrum*. A atividade antimicrobiana está associada à disrupção da membrana fúngica e inibição da proliferação celular. A atuação do farmacêutico clínico neste cenário envolve a formulação magistral de preparações tópicas, avaliação da segurança em fitoterápicos, acompanhamento da adesão ao tratamento e educação em saúde, promovendo o uso responsável de terapias complementares na prática ambulatorial e comunitária. **Considerações finais:** O *Rosmarinus officinalis* L. revela-se uma opção fitoterápica segura e eficaz no manejo de micoses superficiais, com respaldo científico para uso complementar na atenção primária. A atuação do farmacêutico clínico é fundamental na integração da fitoterapia à prática assistencial, orientando o paciente, assegurando qualidade e segurança da preparação e fortalecendo o cuidado humanizado. A valorização do saber popular aliado à ciência potencializa o papel do farmacêutico como agente integrador entre a terapêutica e o autocuidado.

Palavras-chave: Antifúngicos. Fitoterápico. *Rosmarinus officinalis* L. Micoses Superficiais. Farmácia Clínica.

Eixo Temático: Práticas Integrativas e Complementares Desempenhadas Por Profissional Farmacêutico (Bem Como Incentivo ao Autocuidado)

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: ACESSO SUSTENTÁVEL A MEDICAMENTOS NÃO INCORPORADOS AO SUS ATUAL DECISÃO DO STF

Letícia Serafim Rúbio¹ (leticiarubio.adv@gmail.com)

¹ Secretaria Municipal de Saúde de Glória de Dourados

Introdução: A sustentabilidade econômica do Sistema Único de Saúde (SUS) depende de diversos fatores, dentre eles, a utilização eficiente dos recursos aplicados mediante os desafios financeiros enfrentados pela crescente demanda de ações judiciais, visando a garantia do direito à saúde. Os novos fluxos e regras estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) cria requisitos, padroniza, e distribui responsabilidades com intuito de fortalecer o acesso a medicamentos baseado em evidências científica e na segurança dos usuários do SUS. Este trabalho tem como objetivo demonstrar a atual decisão do STF nas demandas de ações judiciais de medicamentos não integrados ao SUS. **Metodologia:** Este estudo foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas, analisando fontes científicas, jurídicas, teses de repercussão geral do STF referente as últimas decisões sobre medicamentos judicializados. **Resultados:** As medidas adotadas pelo STF nas ações judiciais que envolvem medicamentos não incorporados ao SUS foi baseada na aplicação do direito a saúde de forma sustentável para que o SUS beneficie toda população. Foi estabelecido critérios de valores na responsabilidade do custeio para a união, para o estado e município, além do percentual de ressarcimento que a união tem de realizar aos estados e municípios de acordo com o custo anual do tratamento tornando o julgamento das ações mais eficientes, melhorando o uso do recurso público em saúde. O autor da ação também tem a responsabilidade de comprovar a impossibilidade de substituição do medicamento demandado por outros padronizados na lista do SUS, comprovar a eficácia, efetividade e segurança do fármaco respaldadas por evidência científica de alto nível, tais como ensaios clínicos, revisões sistemáticas e metátese. Demonstrar a imprescindibilidade clínica do tratamento comprovada mediante laudo médico, mencionando inclusive tratamentos já realizados e a incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento. **Considerações finais:** O impacto expressivo nos orçamentos dos estados e municípios oriundo de ações judiciais trazem um realocamento de recursos para aquisições não previstas, impactando todo o planejamento destinado a coletividade. Segundo pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde a região Centro-Oeste do Brasil representa 80,5% das ações judiciais de medicamentos. As medidas e os critérios adotado pelo STF tem intuito de reger essas situações e diminuir o impacto no planejamento e na utilização dos recursos, resguardando a sustentabilidade do SUS, o direito a saúde e a segurança dos usuários brasileiros de forma sustentável e efetiva.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica. Judicialização da Saúde. Sistema Único de Saúde.

Eixo Temático: Educação Farmacêutica

ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO TRATAMENTO DO AUTISMO

*Daiane Machado Severo dos Santos; Lara Lopes da Silva;
sob a orientação da professora Ma. Marla Ribeiro Arima Miranda (ra194296@ucdb.br)*

Universidade Católica Dom Bosco

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por déficits na interação social, comunicação e comportamento. O tratamento farmacológico visa atenuar sintomas como irritabilidade, agressividade, ansiedade e insônia. A atenção farmacêutica é essencial para o uso racional de medicamentos e melhora da qualidade de vida dos pacientes. **Metodologia:** O estudo transversal e quantitativo foi realizado em Campo Grande – MS com 31 cuidadores de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com idades entre 2 e 17 anos. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas com questionário padronizado em duas instituições. A maioria das crianças/adolescentes era do sexo masculino (74,2%) e tinha entre 6 e 11 anos (51,6%). Em relação ao diagnóstico, 51,8% apresentavam TEA sem comorbidades, sendo o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) a comorbidade mais comum (25,8%). Os principais medicamentos utilizados foram Risperidona (41,9%), aprovada pela ANVISA e disponível no SUS, e Aripiprazol (16,1%), aprovado pelo FDA, mas indisponível no SUS para TEA. A adesão ao tratamento foi alta (96%), com 100% dos cuidadores relatando melhora nos sintomas comportamentais e de irritabilidade. Os efeitos adversos mais comuns foram ganho de peso (12%) e polifagia (8%). Interações medicamentosas relevantes foram observadas, como: Risperidona com fluoxetina (aumento de efeitos adversos), Aripiprazol com escitalopram (risco de acúmulo do fármaco), Canabidiol com ácido valpróico (elevação de enzimas hepáticas) e Risperidona com escitalopram (sedação e sintomas extrapiramidais). Em 88% dos casos, a administração dos medicamentos era realizada pelas mães. **Considerações finais:** A atuação do farmacêutico é crucial para garantir o uso seguro e eficaz de medicamentos em crianças com TEA. O acompanhamento farmacoterapêutico contribui para minimizar riscos, aumentar adesão e melhorar o prognóstico clínico.

Palavras-chave: Transtorno de Espectro Autista. Terapia Farmacológica. Atenção Farmacêutica

Eixo Temático: Segurança do Paciente e Cuidado Farmacêutico

ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO CLÍNICO PROMOVENDO EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA IMUNIZAÇÃO DE RECÉM-NASCIDOS

Rubenilson Almeida de Souza¹, Matheus Carvalho rios¹, Sara Maria Santos portela,¹
(rubenilson.souza@ebserh.gov.br), Laura Priscila Toledo Bernal², Magda Laíse Oliveira Tanaka²

¹Residência Uniprofissional em Farmácia Clínica – HU-UFGD/Ebserh

²Unidade de Farmácia Clínica – HU-UFGD/Ebserh

Introdução: A atuação do farmacêutico clínico tem se expandido significativamente no contexto hospitalar brasileiro, incluindo áreas tradicionalmente relacionadas a outras categorias profissionais, como a imunização. A Resolução nº 654/2018 do Conselho Federal de Farmácia, reconhece e regulamenta a atuação do farmacêutico na aplicação de imunobiológicos, ampliando sua inserção em programas de imunização. O presente trabalho possui o propósito de relatar a importância do farmacêutico clínico no programa de imunização de um hospital universitário da região Centro-Oeste do Brasil. **Experiência profissional:** Este relato descreve a vivência de um farmacêutico residente em um hospital universitário do estado de Mato Grosso do Sul, atuando na área de imunização neonatal, com ênfase na administração e monitoramento das vacinas Hepatite B e BCG em recém-nascidos no mês de maio de 2025. Durante o período da prática, o profissional integrou a equipe de imunização, atuando diretamente na análise prévia das condições clínicas dos neonatos, na verificação das boas práticas de conservação e preparo dos imunobiológicos, no controle da cadeia de frio, bem como na oferta de orientações à equipe de enfermagem e aos familiares. Sua atuação também se estendeu ao controle dos registros em prontuários físicos e digitais, além do preenchimento adequado no sistema de informação estabelecido pelo Programa Nacional de Imunização. **Discussão:** Com a inserção do farmacêutico residente na equipe multiprofissional da maternidade, evidenciou-se a importância da participação do profissional em todas as etapas do ato vacinal, como a triagem clínica, avaliação de contraindicações temporárias para vacinação, até a aplicação dos imunobiológicos. Além do planejamento, aquisição, recebimento, preparo e descarte dos imunobiológicos, priorizando segurança, eficácia e rastreabilidade das doses aplicadas, visando sempre às boas práticas de conservação e preparo junto a redução de perdas técnicas. Nas orientações pós ato vacinal, destaca-se ainda o papel de educador em saúde, constatado a partir da proximidade do profissional com os familiares, através da elaboração e entrega de folders ilustrados informativos, com linguagem de fácil compreensão, possibilitando uma orientação sobre a importância da continuidade do calendário vacinal, possíveis reações adversas e cuidados pós-vacinas aos pais e responsáveis, contribuindo para adesão ao calendário vacinal vigente preconizado pelo sistema único de saúde. **Considerações finais:** A participação do farmacêutico na imunização de recém-nascidos demonstrou ser uma estratégia eficaz na promoção da segurança, qualidade e humanização do cuidado neonatal. A atuação do profissional na cadeia da assistência junto às intervenções farmacêuticas, seja por meio de aplicação de vacinas ou educação em saúde, tem um impacto positivo na adesão ao programa nacional de imunizações. A participação ativa dos farmacêuticos assim como outras classes de profissionais da saúde na disseminação de informações corretas e na construção de confiança pode ser decisiva para melhorar a cobertura vacinal.

Palavras-chave: Farmácia Clínica. Calendário de Imunização. Educação em Saúde.

Eixo Temático: Educação Farmacêutica

POTENCIAL DE PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE HELMINTÍASES: UMA ABORDAGEM FARMACÊUTICA EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Nadia Leticia Silva Chaves¹ (nadia18mtv@hotmail.com); Romulo Fernandes de Aquino¹ (romulo.fernandes3001@gmail.com); Julianne Rocha de Araujo² (juliannearaujo@gmail.com); Cristiny Vitória de Sousa Cardoso² (cristinyv85@gmail.com); Joana Vitória Pereira Rocha Cutrim² (joanavitoriapereirarochacutrim@gmail.com); Maria Cristiane Aranha Brito Mattos³ (tiane91.mcab@gmail.com)

¹ Residente do PREMUS/CCI - UFMS

² Discente de Farmácia Centro Universitário Mauricio de Nassau – São Luís- MA

³ Farmacêutica, Doutora em Biotecnologia- UFMA

Introdução: As helmintíases são infecções parasitárias intestinais altamente prevalentes em regiões de baixa renda, associadas a condições precárias de saneamento e determinantes sociais da saúde. No Brasil, contribuem para agravos como desnutrição, anemia e atraso no desenvolvimento. Frente aos desafios do acesso a medicamentos e à crescente resistência a antiparasitários sintéticos, o uso racional de plantas medicinais surge como alternativa terapêutica integrativa. O farmacêutico clínico, inserido nas práticas integrativas e complementares (PICs) reconhecidas pelo SUS, pode atuar de forma ativa na educação em saúde, na validação do uso popular de plantas com potencial terapêutico e no incentivo ao autocuidado seguro. Este estudo objetiva avaliar o potencial terapêutico de espécies vegetais com ação anti-helmíntica, destacando sua aplicabilidade clínica e relevância na assistência farmacêutica no contexto das PICs.

Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura conduzida entre abril e junho de 2024, nas bases SciELO, PubMed e Google Scholar, utilizando os descritores DeCS: “*Allium sativum*”, “*Carica papaya* L.”, “*Chenopodium ambrosioides*”, “Helmintíase” e “Fitoterapia”. Foram incluídos artigos entre 1985 e 2023 que apresentassem dados clínicos, laboratoriais ou etnofarmacológicos. O foco foi dado à evidência científica da eficácia, mecanismos de ação e formas tradicionais de uso. O estudo respeita princípios éticos por tratar-se de análise secundária de dados públicos. **Resultados:** Três espécies se destacaram. *Chenopodium ambrosioides* (mastruz) demonstrou eficácia contra helmintos como *Ascaris lumbricoides* e *Schistosoma mansoni*, devido ao ascaridol, composto ativo com ação antiparasitária. *Carica papaya* L. (mamão) apresentou propriedades anti-helmínticas por meio de princípios como papaína, carpaína e benzilisotiocianato, eficazes contra *Trichuris spp.* e *Strongyloides stercoralis*. Já o *Allium sativum* (alho), rico em aliina e óleos essenciais sulfurados, mostrou ampla eficácia contra parasitas intestinais diversos. Todas essas espécies são utilizadas tradicionalmente pela população e possuem respaldo científico quanto à sua atividade, além de serem acessíveis e de baixo custo, favorecendo o autocuidado e a educação em saúde farmacêutica. **Considerações finais:** As plantas medicinais estudadas representam alternativas viáveis para o tratamento complementar das helmintíases, especialmente em contextos com barreiras de acesso à saúde. A atuação do farmacêutico clínico nas práticas integrativas é estratégica para garantir o uso racional e seguro dessas terapias, promovendo saúde, autonomia e adesão terapêutica. Tais ações fortalecem a humanização do cuidado, ampliam a atuação farmacêutica no SUS e promovem práticas baseadas em evidência no campo da fitoterapia.

Palavras-chave: Fitoterapia. Terapias complementares. Plantas Medicinais. Assistência Farmacêutica. Acessibilidade aos serviços de saúde.

Eixo Temático: Práticas Integrativas e Complementares Desempenhadas Por Profissional Farmacêutico (Bem Como Incentivo ao Autocuidado)

PRESCRIÇÃO DE ANTIFÚNGICOS EM AMBIENTE HOSPITALAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A PERSPECTIVA DA FARMÁCIA CLÍNICA

Raphael Victor Bezerra Barreto¹ (raphael.victor2706@gmail.com),
Luciana Pereira da Rocha² (lu_p_rocha@hotmail.com)

¹Farmacêutico Residente do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

²Farmacêutica do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Introdução: As infecções fúngicas invasivas são importantes causas de morbimortalidade em pacientes críticos, sobretudo em unidades de terapia intensiva (UTIs). A prescrição adequada de antifúngicos é um desafio na prática clínica, diante da variedade de agentes, espectros de ação e potenciais toxicidades. Nesse cenário, a Farmácia Clínica exerce papel fundamental na racionalização do uso desses medicamentos, apoiando decisões terapêuticas e promovendo o monitoramento de desfechos e a otimização de recursos.

Metodologia: Este estudo transversal, observacional e retrospectivo foi realizado no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS), com dados coletados ao longo de 2024. Foram incluídos pacientes internados nas unidades intensivas (adulto, pediátrico e neonatal), totalizando 200 registros de dispensação de antifúngicos extraídos do sistema hospitalar informatizado. As variáveis analisadas incluíram local de dispensação, setor solicitante, antifúngico prescrito e uso concomitante de múltiplos antifúngicos. Os dados foram sistematizados em planilha eletrônica e analisados por estatística descritiva simples. **Resultados:** Observou-se que 70,5% das dispensações ocorreram na farmácia do CTI e 29,5% no Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF), o que evidencia a importância de uma unidade farmacêutica no próprio andar da terapia intensiva. Os setores com maior demanda foram CTI 1 (26,5%), CTI 2 (25,5%), CTI Pediátrico (20,5%) e UTI Neonatal (20%). O fluconazol foi o antifúngico mais prescrito (55%), seguido por micafungina (30,5%), anfotericina B (11%), voriconazol (2%) e flucitosina (1,5%). Em 14,5% dos casos houve uso concomitante de dois ou mais antifúngicos, o que pode indicar início profilático seguido de escalonamento terapêutico ou falhas nas estratégias de escalonamento. **Considerações finais:** O predomínio do fluconazol pode refletir a preferência por opções de menor custo e toxicidade, embora seu uso empírico sem confirmação micológica gere preocupação. A ampla utilização da micafungina, mesmo com custo elevado, sugere quadros graves de candidíase invasiva ou resistência ao fluconazol. Já o uso combinado de antifúngicos, demanda avaliação rigorosa, indicando possível resistência, refratariedade ou prescrição não padronizada. A importância de protocolos antifúngicos e parcerias com setor microbiologia previamente reforçam a necessidade de maior atuação da Farmácia Clínica, com intervenções estruturadas. Os padrões identificados, embora condizentes com a gravidade dos pacientes, evidenciam fragilidades na individualização da terapia. A Farmácia Clínica deve apoiar ativamente as decisões médicas, propor critérios de uso racional, promover auditorias e contribuir para protocolos institucionais. Essa atuação fortalece a segurança, eficácia e sustentabilidade da terapêutica antifúngica no SUS.

Palavras-chave: Farmácia Clínica. Serviço de Farmácia Hospitalar. Unidades de Terapia Intensiva

Eixo Temático: Segurança do Paciente e Cuidado Farmacêutico

REVISÃO DA FARMACOTERAPIA POR FARMACÊUTICOS CLÍNICOS: POTENCIAL DE DESPRESCRIÇÃO NA HOSPITALIZAÇÃO

Maria Eduarda da Paixão Silva¹ (eduarda.paixao@ufms.br); Joseilson Sosa Alves Junior¹ (joseilson.farma20@hotmail.com); Tayná de Oliveira Pereira² (taynadeop@hotmail.com); Camila Guimarães Polisel³ (camila.guimaraes@ufms.br)

¹ Residente do PREMUS/CCI - UFMS

² Preceptora do PREMUS/CCI – UFMS

³ Docente do PREMUS/CCI - UFMS

Introdução: A polifarmácia é uma condição prevalente entre pacientes hospitalizados, especialmente em populações idosas ou com múltiplas comorbidades, e está associada a riscos clínicos significativos, como reações adversas a medicamentos (RAMs), interações medicamentosas, declínio funcional, delírio e aumento da mortalidade. Estudos estimam que até 50% dos medicamentos utilizados por esses pacientes possam ser considerados potencialmente inapropriados. Nesse cenário, a desprescrição surge como uma estratégia clínica segura, sistematizada e baseada em evidências, que visa revisar, reduzir ou suspender medicamentos desnecessários, com foco na prevenção de danos e na otimização da farmacoterapia. A atuação do farmacêutico clínico nesse processo tem se mostrado fundamental para a triagem criteriosa de medicamentos e o manejo colaborativo da terapêutica. **Objetivo:** Identificar pacientes hospitalizados elegíveis à desprescrição de medicamentos, com base em critérios validados. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um estudo transversal, de abordagem quantitativa, realizado entre março e maio de 2025, em duas unidades de internação de um hospital de retaguarda. A coleta de dados foi conduzida por farmacêuticos residentes vinculados ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, por meio de consultas farmacêuticas e análise de prontuários e prescrições médicas. Utilizou-se um instrumento de coleta desenvolvido especificamente para esta pesquisa. A elegibilidade para desprescrição foi avaliada com base em algoritmos clínicos disponíveis na plataforma *deprescribing.org*. Foram incluídos pacientes em uso de pelo menos uma das seguintes classes farmacológicas: benzodiazepínicos, antipsicóticos e inibidores da bomba de prótons (IBPs). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Parecer nº 7.654.649). **Resultados:** Participaram do estudo 21 pacientes hospitalizados. Destes, 81% (n = 17) faziam uso de IBPs, 42,9% (n = 9) de antipsicóticos e 28,6% (n = 6) de benzodiazepínicos. A desprescrição foi indicada para 64,7% (n = 11) dos pacientes em uso de IBPs e para 33,3% (n = 3) daqueles em uso de antipsicóticos. Nenhum paciente em uso de benzodiazepínicos foi considerado elegível para desprescrição, conforme análise individualizada. Todos os participantes estavam em polifarmácia. A média do número de medicamentos em uso foi 10,6, variando de 5 a 16 medicamentos. **Considerações Finais:** A triagem sistemática para desprescrição demonstrou ser uma ferramenta eficaz para a identificação de medicamentos potencialmente inapropriados, especialmente entre pacientes expostos à polifarmácia. Os achados reforçam a importância da atuação do farmacêutico clínico como protagonista na avaliação da farmacoterapia hospitalar, contribuindo ativamente para a redução de riscos associados ao uso de medicamentos, a promoção do uso racional e a segurança do paciente. A integração da desprescrição à rotina clínica hospitalar, mediada por critérios baseados em evidências, representa uma estratégia custo-efetiva para qualificação do cuidado e fortalecimento das práticas multiprofissionais centradas no paciente.

Palavras-chave: Desprescrições. Cuidado Farmacêutico Baseado em Evidência. Segurança do Paciente

Eixo Temático: Segurança do Paciente e Cuidado Farmacêutico